

Turismo, Cidade e Patrimônio na contemporaneidade

Tourism, City and **Heritage** in contemporary times

CLARISSA MARIA ROSA GAGLIARDI * [clarissamrg@usp.br]

Resumo | O texto busca identificar a transversalidade entre as políticas patrimoniais, urbanas e turísticas no Brasil, tendo como referência a análise de programas de alcance nacional e experiências locais de algumas cidades brasileiras que de alguma forma, embora articulem essas diferentes dimensões, evidenciam a dificuldade de conceber tais políticas de modo integrado, levando em conta as demandas dos grupos envolvidos direta ou indiretamente com as operações mencionadas. Se nos anos 1930, quando surgem as primeiras evidências de associação entre ações mercadológicas e de preservação do patrimônio, estava em voga o projeto de construção de uma identidade nacional, hoje, o empreendimento avançou em direção a grandes operações de mercado, introduzindo uma problemática contemporânea na conexão turismo-cidade-patrimônio, chave a partir da qual o tema é analisado.

Palavra-chave | Turismo, cidade, patrimônio histórico, requalificação urbana

Abstract | The text attempts to identify the transversality between heritage, urban and tourist policies in Brazil, based on the analysis of programs of national scope and local experiences in some of Brazilian cities. Even when the different dimensions are coordinated, the cities demonstrate difficulties in conceiving such policies in an integrated manner, taking into account the demands of the groups directly or indirectly involved with the aforementioned operations. If in the 1930s, when the first evidence of association between market actions and the preservation of heritage arose, the project of building a national identity was in vogue, today the enterprise has advanced towards major market operations, introducing a contemporary problem in the tourism-city-heritage connection, the key from which the theme is analyzed.

Keywords | Tourism, city, historical heritage, urban regeneration

* **Doutora em Ciências Sociais** pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP) (2011), **Turismóloga** pelo UNIBERO (1998), **Master em Planejamento de Centros Históricos** pela Universidade La Sapienza de Roma (2007), **Mestre em Turismo** pelo UNIBERO (2003) e **Mestre em Ciências Sociais** pela PUC SP (2005). **Professora** do Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA USP) e do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da USP (PPGMus – USP)

1. Introdução

Turismo, cidade e patrimônio, relacionar estes temas no Brasil nos remete aos estudos que articularam a construção do patrimônio nacional à promoção dos primeiros atrativos e destinos turísticos brasileiros. São notáveis as evidências de associação dos esforços mercadológicos e das instituições relativas à preservação do patrimônio para lançar Ouro Preto, entre outras cidades, no mercado de turismo já em finais da década de 1930¹. Naquele momento era o projeto de construção de uma identidade nacional que fazia confluir os interesses, hoje, o empreendimento avançou em direção a grandes operações de mercado, introduzindo uma problemática contemporânea na conexão turismo-cidade-patrimônio, chave a partir da qual o tema será aqui analisado.

Na medida em que o conceito de patrimônio “não evolui para tornar-se cada vez mais refinado, mas transforma-se em razão das demandas sociais” (Camargo, 2004, p.1), vivenciamos uma contínua ampliação geográfica, temporal e tipológica (Choay, 2001) de bens considerados patrimônio no Brasil e no mundo, processo beneficiado em grande medida pelos movimentos de expansão permanente do turismo e potencializado pelas possibilidades de geração de renda a partir da cultura e das atuais estratégias urbanas para a projeção das cidades no cenário internacional.

É crescente o número de cidades que têm buscado se inserir nos circuitos econômicos através do setor terciário, tendo a cultura expressa em seu território como principal suporte. Nesses domínios, as cidades constituem novos “atores políticos” (Borja & Castells, 1996) na medida em que protagonizam seu desenvolvimento criando uma ima-

gem positiva a partir de estratégias de *city branding*, promovendo-se a partir daqueles atributos que possam enlevá-las e diferenciá-las no mercado global, lançando mão da arte, dos equipamentos culturais, da arquitetura e do design como parte das operações urbanas apoiadas na cultura para atrair investimentos e seguir no encaixe do turista internacional.

O patrimônio nesse contexto é cada vez mais pensado na chave proposta pelas Normas de Quito², relacionado à rentabilidade e ao desenvolvimento econômico e turístico, não mais como sinônimo de limitação e imobilismo que a ação preservacionista possa ter representado. Inserido na agenda das políticas urbanas e das parcerias entre poder público e iniciativa privada para ações de requalificação urbana, o patrimônio material tem sido reabilitado para novos usos, em geral, visando à sua inserção no circuito do lazer, da cultura, do turismo e do entretenimento. Nessa chave, os equipamentos culturais passam a ter um importante papel nas novas fisionomias urbanas, os museus deixam de ser austeros e introvertidos para adquirirem uma imagem de prestígio, mais animados e guarnecidos por uma arquitetura que vem se constituindo por si só num atrativo. Geram fluxos e associam definitivamente a cultura à imagem das cidades que os acolhem. Um exemplo brasileiro bastante atual é a cidade do Rio de Janeiro, que espera atrair mais de um milhão de turistas por ano somente com suas novas estrelas Museu do Amanhã, projetado pelo arquiteto Santiago Calatrava, inaugurado em 2015, Museu de Arte do Rio (MAR), inaugurado em 2013, ambos integrados ao plano de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro, e Museu da Imagem e do Som, na Praia de Copacabana, com inauguração

¹Destaco aqui o valioso trabalho de Haroldo Leitão Camargo para a construção de uma história do turismo no Brasil e seus estudos sobre turismo e patrimônio, em parte substanciados em suas obras de 2002, 2004 e 2007 referenciadas e consultadas para a menção feita a Ouro Preto.

²As Normas de Quito foram o resultado da Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, promovida pela OEA em 1967, momento em que pela primeira vez se reconhece que os monumentos constituem também recursos econômicos e devem integrar planos de desenvolvimento, pondo em produtividade uma riqueza inexplorada e ampliando sua fruição e a fluência de visitantes. Não por acaso a reunião e tais recomendações se dão no âmbito da América Latina, onde a ausência de recursos para a manutenção do patrimônio é mais sensível

prevista para breve. Todos têm localização privilegiada e foram concebidos de modo a se tornarem ícones da cidade em função dos arrojados projetos arquitetônicos³, a despeito de tratar-se de uma invejável paisagem natural e de um disputado litoral. O reconhecimento do título de Patrimônio Mundial como Paisagem Cultural Urbana pela UNESCO em 2012⁴ é ainda um ingrediente a mais no status da cidade.

O turismo contemporâneo evidencia essa trama, sendo reproduzido a partir das singularidades no campo das práticas culturais capazes de constituir marcos de distinção com grande poder de atração (Harvey, 2005). Num cenário cada vez mais competitivo e no qual a oferta de turismo cultural cresce rapidamente (Richards, 2009), a estratégia tem sido gerar capital simbólico a partir das histórias e tradições locais, ao mesmo tempo em que se aposta em marcas culturais e referências de grife⁵, não obstante a construção de ícones globais gerem ainda mais competição entre as cidades. Cria-se assim, uma simbiose entre turismo-cidade-patrimônio.

Contudo, ainda que essa associação estratégica se verifique nos diferentes cantos do mundo e muitos analistas das questões urbanas se preocupem em chamar a atenção para a reprodução de modelos e para a recorrência de certos resultados, cada intervenção acontece em um território carregado de significado, de história, de uma cultura que acaba servindo de mediação entre essas tendências globais e dinâmicas locais.

Ademais, o tipo de abordagem aqui proposta para o tema implica lidar com um amplo espectro de conceitos e definições, variações de escalas e de tipologias de patrimônio, de cidade e de turismo. O conceito de patrimônio está em constante transformação e seus entendimentos são múltiplos, não

obstante possamos hoje nos balizar pelas recomendações internacionais; as cidades são únicas, cada qual com uma dinâmica própria, níveis diversos de escala e complexidade; quanto ao turismo, variados também podem ser seus enfoques, seus usos, suas modalidades e finalidades. Não sendo objetivo aqui balizar conceitualmente cada um desses domínios, frisa-se a importância de levar-se em conta o universo matizado no qual transcorrem as diferentes relações aqui analisadas.

Vale também frisar que quando se refere aqui a turismo, cidade e patrimônio e como se relacionam, estamos a falar de pessoas, grupos e instituições que os representam e que se articulam a partir de certos objetivos. Desse modo, não se trata de fazer apologia ou condenar políticas turísticas, urbanas ou patrimoniais, nem a figura dos gestores públicos, agentes de mercado ou entidades da sociedade civil, mas busca-se analisar como experiências envolvendo a sinergia entre estes objetos de estudo têm se manifestado no Brasil e quais são nossos desafios. Busca-se aqui identificar a transversalidade entre as políticas patrimoniais, urbanas e turísticas no país, tendo como referência a análise de programas de alcance nacional e experiências locais de algumas cidades brasileiras, que de alguma forma, embora articulem essas diferentes dimensões, evidenciam a dificuldade de conceber tais políticas de modo integrado, levando em conta as demandas dos grupos envolvidos direta ou indiretamente com as operações mencionadas.

Pois bem, tendo introduzido a problemática, resta orientar o leitor quanto à estrutura adotada para o artigo, organizado em três tópicos. O primeiro, *Políticas patrimoniais, urbanas e de turismo: contexto brasileiro*, baliza minimamente o leitor a respeito da cultura da participação política e da representatividade das populações sobre as

³ *Novos museus podem trazer mais de 1 milhão de turistas ao Rio*. Disponível em <http://riocomodestino.com.br>, consultado em 4 de setembro de 2016

⁴ "A candidatura do bem 'Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar' foi apresentada em 2009 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo aprovada em 1º de Julho de 2012...". Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/sitio-unesco>, consultado em 05 de setembro de 2016

⁵ De acordo com as pesquisas de Greg Richards, o mercado cultural está sendo dominado por marcas como Hermitage e Guggenheim, cujo impacto no reconhecimento internacional é imediato (Richards, 2009)

quais recaem os efeitos das ações em tela, tendo em vista a centralidade destes aspectos nas problemáticas levantadas a longo do texto. Em *turismo-cidade-patrimônio: ações articuladoras*, aborda-se como políticas patrimoniais tem se confundido com interesses do mercado de turismo, subvertendo a lógica de seleção de bens a serem preservados (Leite, 2004) e de certa forma esvaziando o patrimônio de seu sentido histórico-cultural, além de expor as contradições da globalização no território no qual se dão essas conexões. No terceiro e último tópico *operando com a seletividade e a racionalidade do espaço*, problematiza-se os efeitos de certas ações promovidas pelo mercado de turismo ao apropriar-se do patrimônio, tanto sobre os habitantes quanto sobre os visitantes. *Reflexões finais* sintetizam as questões analisadas.

2. Políticas de turismo, urbanas e patrimoniais: contexto brasileiro

O reconhecimento institucional da pluralidade da cultura brasileira por meio das políticas patrimoniais no Brasil é relativamente recente, associando-se aos avanços trazidos pela Constituição de 1988, ainda que ações mais sistemáticas nesse sentido só tenham vindo a ocorrer mais de uma década depois. A seleção de um padrão de arte e arquitetura como símbolo único da identidade nacional quando dos primeiros tombamentos no país trouxe algumas implicações na forma como muitas cidades brasileiras se reconhecem ou não como portadoras de história até hoje, além de definir critérios de seleção e agentes imbuídos de legitimidade para selecionar o que deveria figurar como patrimônio oficial e quem participaria deste processo (Gagliardi, 2011, 2015). Por muito tempo alijada das decisões a respeito do que, para quem e de que forma preservar, nas últimas décadas as comunidades produtoras de cultura e detentoras do saber a respeito de sua reprodução, passaram

a ter maior participação nas políticas patrimoniais, especialmente no que se refere aos processos de registro do patrimônio imaterial. No campo do patrimônio material, as políticas de reabilitação urbana que emergiram no país a partir dos anos 90 do século passado ensejaram articulação não só entre políticas de turismo, urbanas e de patrimônio, como também a parceria entre diferentes sujeitos, grupos e instituições na sua concepção e gestão, ainda que seja muito questionada a eficácia de tais projetos para o desenvolvimento local, bem como a forma como cada ator vem sendo inserido e obtendo benefícios oriundos dessas práticas.

No campo das políticas urbanas, a mesma Constituição de 1988 tenta responder às demandas dos movimentos pela reforma urbana, ainda que, também aqui, tenha se passado mais de uma década para que o Estatuto da Cidade, em 2001, regulamentasse os instrumentos que irão efetivamente ampliar as experiências participativas de planejamento urbano. Contudo, um novo paradigma de planejamento e gestão das cidades passa a orientar ações para torná-las mais competitivas aos investimentos estrangeiros, utilizam marcas identitárias, articulam recursos públicos e privados e tem como sustentação o consenso entre os diferentes atores urbanos envolvidos no processo. O chamado planejamento estratégico ou “empreendedorismo urbano”, como define David Harvey (1994), tem em Barcelona sua experiência mais emblemática e modelar e chega ao Brasil nos anos 1990, com várias intervenções aí inspiradas.

Após anos de intervenções pontuais do Estado em ações de regulamentação, financiamentos e subsídios para alguns ramos da atividade turística, é também somente a partir dos anos 1990 que se iniciam esforços mais ordenados no sentido de se construir políticas nacionais de turismo para qualificar a atividade e os destinos a partir de processos mais participativos. Inicialmente através de um programa que buscava instrumentalizar e dar mais autonomia aos municípios brasileiros a pensarem seu plano de desenvolvimento turístico nos

anos 1990, passou-se nos anos 2000 a uma política de regionalização com vistas à distribuição mais equilibrada dos fluxos turísticos no país, contando com a criação de fóruns regionais que colaborassem para uma gestão mais descentralizada⁶. Ao longo desse período, o PRODETUR – Programa de Desenvolvimento Turístico também criado nos anos 1990 – voltou-se para a melhoria da infraestrutura e a recuperação do patrimônio histórico. Agiu em sinergia com alguns projetos de reabilitação de áreas históricas com grande potencial turístico, tendo grande impacto no incremento de turistas no país, dobrando, por exemplo, o afluxo de turistas no Nordeste do país entre 1995 e 2001. Coriolano relata que no início dos anos 1990 esta região vivia um crescimento do fluxo turístico de 4% e após a institucionalização do PRODETUR, por volta de 1997, passa-se a 12% (BID apud Coriolano, 2006, p. 128). O Programa foi estendido para outras regiões do Brasil e se realiza com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), contrapartidas locais e estaduais, além de participação privada.

Diante da multissetorialidade que caracteriza a atividade turística, este recente acúmulo de experiência no setor não tem sido suficiente para articular satisfatoriamente sociedade civil, mercado e administração pública na construção do interesse público, com políticas realmente integradas que levem em conta o turismo como oportunidade de desenvolvimento local, tampouco tem elevado o status das populações locais a protagonistas desses processos, *pari passu* às demais áreas aqui referidas, uma vez que as políticas setoriais se espelham no contexto sociopolítico dos quais são parte.

3. Turismo-cidade-patrimônio: ações articuladoras

Todas as regiões brasileiras têm vivenciado intervenções associando estratégias de marketing urbano, refuncionalização do patrimônio e mercado turístico e que vieram à tona no referido contexto. Contudo, a gênese das práticas nas quais o turismo aparece como aporte para a manutenção do patrimônio cultural no Brasil remonta o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH). Implementado no início da década de 1970 pelo Miniplan – Ministério do Planejamento e Coordenação Geral - visava recuperar as cidades históricas da região Nordeste do Brasil para fins turísticos através da restauração dos monumentos tombados e seu uso econômico, mirando na geração de renda para dar sustentação à sua conservação⁷. A transferência do Programa para o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – significou algumas mudanças, sobretudo relacionadas à ampliação do conceito de patrimônio cultural e de certa forma à tentativa de se construir um consenso em torno dos benefícios do turismo para o patrimônio, redundando em relativa ingerência dos órgãos relacionados à gestão do turismo na definição de investimentos voltados à preservação de monumentos e sítios. O Programa foi desenvolvido entre 1973 e 1983 conjugando ações do IPHAN, Embratur e Sudene⁸ e teve como foco inicial centros históricos de cidades nordestinas com maior capacidade de atração, a partir de investimentos na preservação de monumentos e infraestrutura turística, subordinando assim, a recuperação do patrimônio às possibilidades de desenvolvimento do turismo (Aguilar, 2016).

⁶Os principais programas aos quais me refiro são o PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo, desenvolvido e coordenado pela EMBRATUR de 1994 e 2002 e principal programa de turismo do governo de Fernando Henrique Cardoso e o Programa Nacional de Regionalização do Turismo, central no Plano Nacional de Turismo a partir de 2003, primeira gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

⁷Programa de Cidades Históricas (PCH), disponível em portal.iphan.gov.br, consultado em 4 de setembro de 2016.

⁸A SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - foi criada em 1959 para auxiliar no desenvolvimento da região Nordeste e extinta em 2001. A EMBRATUR foi criada em 1966 com funções de empresa estatal responsável pelo desenvolvimento, normalização e regulamentação do turismo no país. Em 2003, com a criação do Ministério do Turismo, passou a ser responsável apenas pela promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional

O Programa Monumenta/BID reedita o PCH. Com financiamento do BID e apoio técnico da UNESCO, o Programa foi instituído pelo Ministério da Cultura durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Vinculava-se diretamente ao gabinete do ministro, atuando paralelamente ao IPHAN nas políticas de preservação, funcionando através de empréstimos a juros com o BID, contrapartida federal, estadual e municipal e parcerias com a iniciativa privada. Após tratativas iniciadas em 1995, o Programa começou plenamente a partir de 2000 e contemplou 26 cidades em 17 estados. Com muitas modificações ao longo de sua trajetória, o Programa é integrado ao IPHAN em 2006, dissolvendo-se “o histórico de disputas e constrangimentos” (Duarte Jr, 2010, p. 77). A efetiva inserção de áreas urbanas de inte-

resse cultural no desenvolvimento socioeconômico a partir deste Programa capilariza as experiências que articulam turismo-cidade-patrimônio por todo o país.

Diante da impossibilidade de elencar no espaço deste texto todas as semelhanças e diferenças das iniciativas ocorridas nas diversas regiões brasileiras, ilustro a problemática através da experiência do centro histórico da cidade de Salvador, na Bahia (figura 1), que de forma mais contundente inaugura as práticas de requalificação urbana baseadas no uso do patrimônio cultural com foco no desenvolvimento do turismo, trazendo à tona questões que se tornarão em grande medida recorrentes e que ainda desafiam nossa capacidade de superá-las.



Figura 1 | Destaque para a cidade de Salvador sobre mapa do Brasil. Fonte do mapa: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponível em <http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-territorio/divisao-territorial.html>

Após um longo processo de degradação associada à saída da elite do centro histórico em finais do século XIX, culminando nos anos 1990 do século XX com esvaziamento residencial e encorticação de antigos sobrados (figuras 2 e 3), percebe-



Figuras 2 | Ladeira do Pelourinho nos anos 1950.
Autor da foto não identificado



Figuras 3 | Pelourinho antes da reforma.
Autor da foto não identificado

se a necessidade de intervenções de reabilitação e proteção do património, sobretudo após seu reconhecimento como Património da Humanidade pela UNESCO em 1985 (Sotratti, 2010).

Tem então início em 1991 o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, que se mostraria um sucesso do ponto de vista turístico, já que, conjuntamente com outras estratégias para fortalecer o turismo no estado da Bahia, elevou o número de turistas na cidade de cerca de 1,14 milhão em 1991 (dos quais 10% estrangeiros) para 2.28 milhões em 2004 (dos quais 19% estrangeiros)⁹. A requalificação da área esteve associada à “construção da imagem do governo ancorada na valorização da identidade cultural e das tradições da Bahia” e à retomada do crescimento do turismo no estado, para os quais colaborava a renovação de Salvador, com novos produtos turísticos baseados na cultura capazes de agregar valor ao “produto Bahia” e elevar sua competitividade nacional e internacional (Sant’anna, 2003, p. 46). Nas seis etapas iniciais do Programa os recursos utilizados eram oriundos quase exclusivamente do Tesouro Estadual, enquanto que a partir da sétima

etapa agregam-se recursos do governo federal e do BID, através do Programa Monumenta em 1999, significando, inclusive um importante ponto de inflexão, quando é implantado o Programa Habitacional do Centro Histórico, uma vez que as etapas anteriores que produziram um enclave comercial e turístico no Pelourinho não haviam sido capazes de “vencer a dinâmica real da área e muito menos seus problemas estruturais, colocados em compasso de espera” (Santa’anna, 2003, p. 49). As muitas críticas em torno dessa experiência envolvem a falta de participação popular, a remoção da população local para que o centro histórico se tornasse uma zona exclusiva de compras, lazer e cultura e o entendimento do património exclusivamente na chave mercantil em detrimento de seu sentido simbólico¹⁰ (figuras 4 e 5). De qualquer modo, esta experiência consubstancia candentes questões ainda em pauta a respeito de práticas deste gênero, além de ter sido exemplar para ou-

⁹Dados da Secretaria Estadual de Turismo disponíveis em Mendes (2006)

¹⁰Para outras informações a respeito do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, ver Sant’anna (2003), Sotratti (2005) e Wipfli (2001).

¹¹Para conhecer alguns bons estudos sobre outras experiências de renovação urbana na região Nordeste, ver Leite (2004), a respeito da renovação do Bairro do Recife, e Gondim (2007), sobre o caso de Fortaleza

tras, mais ou menos pautadas pelos mesmos princípios¹¹, embora nem todas com os mesmos resultados, já que em alguns casos as forças sociais

presentes no território têm dado um desfecho diverso aos projetos.



Figura 4 e 5 | Pelourinho em agosto de 2011. Fotos da autora

Perpassa boa parte da problemática, o confronto de interesses globais com especificidades locais. Na corrida em busca de inserção no mercado do turismo internacional, muitas cidades brasileiras têm convivido com a incômoda permanência de uma série de problemas socioeconômicos característicos na nossa condição histórica e que contrastam com essa projeção global¹². Entre os indicadores do Global Cities Index, por exemplo, destaca-se o item “experiência cultural”, dentro do qual medem-se diversas atrações, incluindo o número de grandes eventos esportivos, quantidade de museus, locais para espetáculos de arte, rede gastronômica e número de turistas internacionais¹³

(Gagliardi & Carvalho, 2015) para a classificação das áreas metropolitanas. O bom posicionamento no ranking de cidades no plano internacional é parte da lição de casa das cidades que buscam atrair investimentos, de modo que antes mesmo de amadurecer políticas culturais ou de esporte, por exemplo, aposta-se na captação de eventos como Copa e Olimpíada e vale-se da cultura como estratégia de renovação urbana e projeção no circuito de lazer internacional. Tais estratégias contrastam com as precárias condições sob as quais vive boa parte da população local, sem acesso à cultura, educação ou moradia digna. A cidade de São Paulo é emblemática desse movimento.

¹²A este respeito, ver, entre outros, Carvalho (2000), Koulioumba (2003) e Ferreira (2007).

¹³Para a lista completa dos critérios, ver http://www.atkearney.com/gbpc/global-cities-index/full-report/-/asset_publisher/yA110gZpc1D0/content/2012-global-cities-index/10192



Figura 6 | Organização cronológica das ações mencionadas e que articularam políticas de turismo, urbanas e de patrimônio. Elaboração própria

4. Operando com a seletividade e a racionalidade do espaço

O turismo, como se verifica, esteve a serviço de uma política urbano-patrimonial muitas vezes seletiva e excludente, vocacionando como destinos turísticos históricos ora aquelas cidades já eleitas para representar a “nação brasileira” ora os centros urbanos capazes de capitanear investimentos. A prática mercadológica de formatar produtos a partir do patrimônio institucionalmente reconhecido e sobre o qual é possível gerar renda, em geral apoiando-se na história oficial como narrativa única sobre os lugares, não aproveita oportunidades de diversificar vivências, promover interpretações plurais dos destinos e explorar o potencial crítico inerente ao turismo. Embora em alguma medida essa seletividade venha sendo superada em escala local, ainda há, em certas comunidades, dificuldade de se reconhecerem como portadoras de algo de valor, como parte de uma história relevante (Gagliardi, 2011).

A lógica de reprodução do turismo exclusivamente como negócio apenas atrela a cultura às estratégias de mercado, abrindo mão das possibilidades de interpretação das localidades visitadas. Se considerarmos a diversidade de personagens en-

volvidos ao longo dos diferentes momentos históricos na construção social dos lugares e dos acervos culturais, renovamos as possibilidades de construção de narrativas plurais e de interpretação do patrimônio, seja ele material ou imaterial. Teremos sempre uma possibilidade de compreender todos os segmentos sociais que concorrem para a atribuição de diferentes sentidos aos objetos, às memórias, às manifestações culturais, aos monumentos construídos pelo homem ou pela natureza. Contudo, não raro nos deparamos com uma leitura única do patrimônio a partir de guias, intérpretes, roteiros, seleção de atrativos, quando a história não aparece apenas como um adorno que emoldura os espaços de consumo e contemplação acrítica da paisagem. O patrimônio aí é esvaziado de sentido, apropriado pelo mercado e pelo visitante como fetiche da visualidade (Ferrara, 2002). Essa apropriação parcial das capacidades presentes tanto na cultura quanto no turismo pode ser percebida em vários exemplos de uso do patrimônio histórico para além dos já expostos.

Um exemplo emblemático desta problemática que merece reflexão é o caso das fazendas do período cafeeiro localizadas no Vale do Rio Paraíba, entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro (figura 7).



Figura 7 | Destaque para a região do Vale do Paraíba sobre mapa do Brasil. Fonte do mapa: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponível em <http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-territorio/divisao-territorial.html>

A região e especialmente suas fazendas têm grande valor no que se refere ao imaginário escravista, já que o cultivo do café no século XIX baseou-se no sistema escravocrata, com enorme concentração de negros. Estas estruturas arquitetônicas vêm sendo adaptadas para uso turístico a partir da conversão das casas de fazenda e hotéis, por meio da oferta de visitas guiadas e/ou encenações que buscam ambientar o turista no século XIX. Esta é uma atividade econômica muito bem-vinda, uma vez que vem se mostrando opção de emprego e renda baseada na manutenção do patrimônio cultural, ao mesmo tempo em que guarda uma dimensão política, já que constitui recurso para reinterpretações do passado, colaborando para a “formação de uma cultura histórica

acerca da escravidão entre o grande público” (Reis, 2014, p. 8). Contudo, há uma certa hegemonia da elite cafeeira nas narrativas sobre a história local que é reforçada pelo turismo. Algumas propriedades valem-se daquilo que exerce fascínio sobre o imaginário do visitante para construir seus programas turísticos, sem muitas vezes atentar para o caráter científico ou historiográfico das informações reproduzidas, o que poderia qualificar muito esse tipo de experiência. (Gagliardi, 2011; Reis, 2014). A crítica não invalida o recurso da dramatização para o incremento no número de visitantes, a exemplo das mais de 53 mil pessoas que visitaram em 2015 o espetáculo Som e Luz e o Sarau Imperial, promovidos pelo Setor de Educação do Museu Imperial¹⁴, contudo é da maior importân-

¹⁴Museu Imperial tem recorde de visitação. Portal Brasil, 05/01/2016. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/>>, acessado em 25 de agosto de 2016

cia que não se ignore certas passagens de nossa história, como denuncia a recente reportagem intitulada “Turistas podem ser escravocratas por um dia em fazenda ‘sem racismo’”¹⁵, ao discorrer sobre a naturalização do racismo e da escravidão em ex-fazendas cafeeiras do Rio de Janeiro.

Quando esse tipo de operação em que o turismo se apropria de determinadas narrativas ocorre numa comunidade apossada de seu patrimônio e consciente de seu lugar na construção social de suas cidades, talvez emerga alguma criticidade e resistência na forma como se difunde o turismo no destino. Por outro lado, quando se trata de localidades cuja população não se reconhece como portadora de algo de valor, que não se apodera de seu acervo cultural como parte de sua trajetória, nem se posiciona como sujeito da construção social do lugar, qualquer agente pode fazer uso de sua materialidade e de sua dimensão simbólica da forma como lhe aprouver, da forma como lhe for mais útil, e, por que não, mais rentável. Tem-se assim que seria bem-vindo se os sistemas educacionais de localidades cuja perspectiva de desenvolvimento está irremediavelmente atrelada ao turismo elevassem o status da história local e regional em suas grades curriculares como forma de inclusão social e participação política, com possíveis rebatimentos nos planos de desenvolvimento turístico local e na construção coletiva de oportunidades de emprego e renda aí assentadas.

A questão tangencia ainda a formação de viajantes. Para ilustrar, recorro à análise de Fortuna (2012) sobre o contraste de sentimentos que um visitante vivencia diante do patrimônio: mais afeito à comoção à medida em que o viajante se apercebe mais próximo e se identifica de alguma forma com o objeto de sua contemplação, oposto à indiferença com a qual um turista pode passar por monumentos de grande relevância por desconhecer sua importância histórica. Chama assim a atenção o emprego marginal do patrimônio nos circuitos

turísticos, míopes com relação ao sentimento que a contemplação da ruína, do monumento, do patrimônio arquitetônico pode despertar quanto mais profunda é a sua capacidade de sensibilizá-lo, de despertá-lo para a história. Nesse contexto, percebemos a educação patrimonial como recurso formativo ainda distante das políticas de turismo, não obstante seja fundamental para a qualificação dos destinos, dos agentes do desenvolvimento turístico e dos viajantes.

Assim, a produção de espaços que habitua o turista a esperar sem surpresa ou comoção por certos tipos de cidade, ao invés de torná-lo um crítico do lugar, insere-se no que Milton Santos classifica como “produção de uma racionalidade do espaço” e “um espaço tenderá tanto mais a se tornar um espaço racional quanto mais alto for nele o nível de artifício” (Santos, 2009, p. 296). Ao passo que “quanto mais instável e surpreendedor for o espaço, tanto mais surpreendido será o indivíduo, e tanto mais eficaz a operação de descoberta. A consciência pelo lugar se superpõe à consciência no lugar. A noção de espaço desconhecido perde a conotação negativa e ganha um acento positivo...” (Santos, 2009, p. 330), operação que pode ser mediada pelo turismo.

5. Reflexões finais

A partir dos anos 2000 crescem estudos e publicações dedicados a investigar casos de requalificação e seus rebatimentos no espaço urbano, no significado do patrimônio e no uso do turismo como discurso legitimador dessas práticas, mas ainda tem sido raras reflexões no interior da área de estudo do turismo que questionam a partir de diferentes perspectivas os resultados dessas operações, o que talvez revele a difícil tarefa de equacionar os interesses do mercado àqueles das comunidades lo-

¹⁵<https://theintercept.com/2016/12/06/turistas-podem-ser-escravocratas-por-um-dia-em-fazenda-sem-racismo/>, consultado em 6 de dezembro de 2016.

cais.

Diante das diferentes temporalidades presentes no campo do patrimônio, da vida urbana e do turismo e dos diferentes interesses que a articulação dessas dimensões evidencia, é fundamental a integração entre políticas dessas áreas desde sua concepção. Para tanto, parece crucial considerar i) o caráter praticamente inexorável do turismo e a ambivalência de seus impactos; ii) ter em conta que o planejamento das cidades deve ser paulatino, elaborado de forma participativa e para quem as utiliza cotidianamente, garantindo uma vivência digna de seus espaços de moradia, trabalho, lazer e sociabilidade; e iii) o compromisso com a democratização do patrimônio, seja contemplando os vários atores que através de seus usos atribuem sentido a todos os lugares independente do grupo social que representam, até o acesso pleno à cultura em suas diferentes manifestações.

O fato é que a atividade turística tende a participar marginalmente do processo de desenvolvimento local, à medida em que, ao sintonizar-se exclusivamente com aquilo que o mercado exige, passa a servir a interesses desconectados das demandas mais horizontais e afeitas às necessidades cotidianas. Essa problemática indica a necessidade de se construir políticas integradas a partir de outras referências de desenvolvimento, para as quais a utopia da sustentabilidade em todas suas dimensões possa servir de bússola. Percebe-se que é possível coordenar ações em diferentes áreas, o que precisam mudar talvez sejam os objetivos orientadores e as estratégias utilizadas, tendo em conta que o turismo não deve ser visto como a solução de todos os problemas de um lugar, nem é culpado de todas suas mazelas e seu uso justo e equilibrado depende do conceitos e dos valores que pautam os gestores em seu planejamento e políticas públicas. Da mesma forma, a construção de lugares mais democráticos depende de como a sociedade se apropria dos seus territórios e dos projetos que sobre ele recaem e da sua capacidade em equalizar interesses em torno das suas áreas urbanas de valor

patrimonial, sobretudo quando revigorados no bojo das vantagens econômicas atribuídas à cultura na sociedade contemporânea.

Referências

- Aguiar, L. B. (2016). O Programa de Cidades Históricas, o Turismo e a "Viabilidade Econômica" do Patrimônio (1973-1979). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. 24(1), 137-149. DOI: 10.1590/1982-02672016v24n0105
- Borja, J. & Castells, M. As Cidades como Atores Políticos. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 45, julho de 1996, pp.152-162.
- Camargo, H. L. (2007) *Uma Pré-História do Turismo no Brasil: recreações aristocráticas e lazeres burgueses (1808-1850)*. São Paulo: Aleph.
- Camargo, H. L. (2002) *Patrimônio Histórico e Cultural*. São Paulo: Aleph.
- Camargo, H. L. (2004) *Conceitos de Patrimônio: técnica ou ideologia?* Acessado em 6 de setembro de 2016, em www.historiaehistoria.com.br
- Carvalho, M. (2000) Cidade global: anotações críticas sobre um conceito. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, 14(4), 70-82. DOI: 10.1590/S0102-88392000000400008
- Choay, F. (2001) *A Alegoria d Patrimônio*. São Paulo: Unesp.
- Coriolano, L. N. M. T. (2006) *O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza*. São Paulo: Anablume.
- Duarte Jr, R. (2010) Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil. *Revista CPC*, 10(2010), 49-88. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i10p49-88
- Ferrara, L. A. (2002). Os lugares improváveis. In: Yázigi, E. (Ed.) *Turismo e Paisagem* (pp. 65-82). São Paulo: Contexto.
- Ferreira, J. S. W. (2007) *O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Editora Unesp; Salvador: Anpur.
- Fortuna, C. (2012) Patrimônio, turismo e emoção. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 97(2012). Pp. 23-40. DOI: 10.4000/rccs.4898

- Gagliardi, C. M. R. & Carvalho, M. (2015) Setor de turismo como indicador da reconfiguração metropolitana de São Paulo. In: Gagliardi, C. M. R. & Carvalho, M. (Eds.) *Megaprojetos, megaeventos, megalópole: a produção de uma nova centralidade em São Paulo* (35-51). São Paulo: Olho D'Água.
- Gagliardi, C. M. R. (2011) *As Cidades do Meu Tempo: turismo, história e patrimônio em Bananal, SP*. São Paulo: FAPESP/Annablume.
- Gagliardi, C. M. R. (2015) O patrimônio cultural como atrativo turístico. In: Ansarah, M. G. R. e Panosso Netto, A. (Eds.). *Produtos Turísticos e Novos Segmentos de Mercado: planejamento, criação e comercialização* (149-162). São Paulo: Manole.
- Gondim, L. M. P. (2007). *O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade*. São Paulo: Annablume.
- Koulioumba, S. (2003) A questão da cidade mundial: mito ou realidade. Um olhar a partir do Hemisfério Sul. In: *Anais do X Encontro Nacional da ANPUR*. Belo Horizonte, MG.
- Leite, R. P. (2004) *Contra-Usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da UNICAMP, Aracaju: Editora UFS.
- Harvey, D. (1994) *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- Harvey, D. (2005) *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume.
- Mendes, V. M. O. (2006) *A problemática do desenvolvimento em Salvador: Análise dos planos e práticas da segunda metade do século XX (1950-2000)*. Tese de Doutorado, IPPUR-UFRJ.
- Normas de Quito (1967). OEA. Acessado 12 de dezembro de 2016, em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>
- Richards, G. (2009) Turismo Cultural: padrões e implicações. In Camargo, P. e Cruz, G. (Eds). *Turismo cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências* (pp 25-48). Ilhéus: Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.
- Reis, C. (2014) Memórias, histórias e a construção de narrativas sobre a escravidão no Vale do Paraíba. In: *Saberes e práticas científicas* (Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH, 28 de julho-01 de agosto de 2014). Rio de Janeiro.
- Sant'anna, M. A. (2003), *Recuperação do Centro Histórico de Salvador: Origens, Sentidos e Resultados*. Acessado em 12 de dezembro de 2016, em <https://portal.seer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3231/2349>
- Sotratti, M. (2010) A requalificação urbana e a mercantilização do patrimônio cultural: o caso do centro histórico de Salvador – Pelourinho. In: Paes, M. T. D. & Oliveira, M. R. S. (Eds.). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume.
- Sotratti, M. (2005). *Pelas Ladeiras do Pelô: a requalificação urbana como afirmação de um produto turístico*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Santos, M. (2009) *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp.
- Wipfli, M. (2001). *Intervenções Urbanas em Centros Históricos: estudo de caso cidade de Salvador*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Sites consultados

- <<http://riocomodestino.com.br>>, acessado em 4 de setembro de 2016
- <<http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/sitio-unesco>>, acessado em 05 de setembro de 2016
- <portal.iphan.gov.br>, acessado em 4 de setembro de 2016.
- <www.turismo.gov.br>, acessado em 4 de setembro de 2016.
- <<http://www.brasil.gov.br/>>, acessado em 25 de agosto de 2016
- <<http://riocomodestino.com.br>>, acessado em 4 de setembro de 2016
- <<http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/sitio-unesco>>, acessado em 05 de setembro de 2016
- <<http://www.atkearney.com>>, acessado em 13 de dezembro de 2016
- <<https://theintercept.com>>, acessado em 6 de dezembro de 2016